

INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TECNOLOGIA PIAUÍ

Termo de Referência 62/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
62/2026	158146-INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TECNOLOGIA PIAUÍ	RICARDO BASILIO DE OLIVEIRA CALAND	25/05/2026 16:45 (v 0.10)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		23172.000912/2026-52

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 23172.000912/2026-52)

TERMO DE REFERÊNCIA

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação eventual de serviços de arbitragem, mediante sistema de registro de preços, para a realização dos eventos nas diversas modalidades desportivas, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSE R	UNIDAD E DE MEDIDA	QTDE	V.UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
	1	SERVIÇOS DE ARBITRAGEM. Conforme especificado no item 5.3 deste termo.	18449	SERV /Por jogo	300	597,33	179.199,99
	2	SERVIÇOS DE ARBITRAGEM. Conforme especificado no item 5.3 deste termo.	18449	SERV /Por etapa /turno de 4 horas	15	4.735,00	71.025,00

GRUPO 1	3	SERVIÇOS DE ARBITRAGEM. Conforme especificado no item 5.3 deste termo.	18449	SERV /Por etapa /turno de 4 horas	15	2.378,71	35.680,71
	4	SERVIÇOS DE ARBITRAGEM. Conforme especificado no item 5.3 deste termo.	18449	SERV /Por etapa /turno de 4 horas	15	3.007,00	45.105,00
	TOTAL GLOBAL						331.009,71

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como *continuado*, uma vez que há necessidade de realização anual dos eventos, sendo a vigência anual mais vantajosa em razão das especificidades do objeto, alinhada aos princípios da eficiência e economicidade, na medida em que possibilita a otimização dos recursos públicos, a redução de custos administrativos com novas contratações a cada edição.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, contados da data de assinatura do contrato, prorrogável por até 5 anos, na forma dos artigos 106e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contados da publicação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso

1.7 Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. *O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2026], conforme consta no Documento de Formalização da Demanda 41/2026, apensado no processo.*

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. *A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. *Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:*

4.1.1. Eficiência ambiental na operação da arbitragem

4.1.1.1 O árbitro e sua equipe utilizam materiais (apito, cartões, bandeirinhas, placas, pranchetas, uniformes). Esses itens devem ser duráveis, recicláveis ou de baixo impacto. Além disso, a logística de deslocamento da equipe de arbitragem gera emissões de carbono — deve-se priorizar meios eficientes.

4.1.2. Gestão de resíduos gerados durante os eventos

4.1.2.1 Durante as partidas/competições, há geração de resíduos: embalagens de alimentação da equipe, materiais descartáveis (apitos quebrados, cartões danificados, placas avariadas, pilhas/baterias de rádios de comunicação). Deve haver logística reversa ou destinação correta

4.1.3. Critérios sociais, éticos e de inclusão

4.1.3.1 A arbitragem esportiva deve observar: igualdade de gênero na escala de árbitros, não discriminação, acessibilidade (ex: sinalização para surdos), programa de integridade para prevenção à manipulação de resultados (Lei Geral do Esporte - Lei 14.597/2023) e condições dignas de trabalho para os árbitros.

Subcontratação

4.2. *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

4.3. *Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor ~~total~~ **anual** da contratação.*

4.4. *Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.*

4.4.1 *A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.*

4.4.2. *Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.*

4.4.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.4.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.4.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.5. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.6. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.7. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.8. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.8.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.9. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.9.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.9.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.9.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.10. A apólice do seguro-garantia ou a fiança bancária deverá ter cobertura para o pagamento direto ao empregado das verbas devidas em razão da inadimplência do Contratado.

4.10.1. O pagamento direto não pode estar condicionado ao trânsito em julgado de decisão judicial, sendo suficiente decisão definitiva em processo administrativo, que apure o montante devido[A14].

4.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.12. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada[A15].

4.14. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.14.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.14.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.15. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.15.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.15.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.16. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.17. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.18. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.19. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.20. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: Os serviços poderão ser executados em locais/espacos desportivos determinados pela Comissão Organizadora dos eventos, nas cidades do Estado do Piauí que sediam os *Campi* do Instituto Federal do Piauí, em datas, horários a serem definidas pela Reitoria/Pró-Reitoria de Administração.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1 O requisito necessário para o atendimento da necessidade é que a Contratada comprove que os colaboradores serão árbitros habilitados credenciados na respectiva Federação.

5.1.2.2 Trata-se de serviço eventual, por demanda.

5.1.2.3 O prazo de execução será conforme período de competição

5.1.2.4 Estima-se a realização de 4 (quatro) eventos anuais.

5.1.2.5 As despesas de deslocamento dos profissionais que realizarão os serviços, a hospedagem e a alimentação serão por conta da empresa CONTRATADA, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

5.1.2.6 A CONTRATADA deverá comprovar que os profissionais encarregados da execução dos serviços, são credenciadas na Federação e habilitadas a executarem os respectivos serviços objeto da contratação.

5.1.2.7 A empresa deverá apresentar a relação nominal com os integrantes da equipe de arbitragem, composta por profissionais filiados na Confederação e/ou na Federação e/ou na Liga da modalidade

Local e horário da prestação dos serviços

5.2 Os jogos poderão ser realizados em qualquer município do Estado do Piauí que possua campus do Instituto Federal do Piauí (IFPI).

5.2.1 Endereço dos *campi* do Instituto Federal do Piauí:

CAMPUS/CIDADE	ENDEREÇO
ALTOS - PI	BR 223 Estrada Altos – Coivaras, S/N – CEP 64.290-000, Altos - PI.
BARRAS - PI	Rodovia PI 212 número s/n, CEP 64.100-000, Barras - PI.
ESPERANTINA - PI	Rodoanel de Esperantina - Gleba Ipanema - Data Boa Esperança, s/n - CEP 64.180-000, Esperantina - PI.
OEIRAS - PI	Rua Projetada, S/N - BAIRRO UBERABA II, Oeiras - PI.
SÃO JOÃO DO PIAUÍ - PI	Rua Sete de Setembro, S/N, Parque de Exposição, CEP: 64.760-000, São João do Piauí - PI.
PEDRO II - PI	Rua Antonino Martins de Andrade, nº 750, Engenho Novo; CEP 64.255-000, Pedro II – PI.
CAMPO MAIOR - PI	Avenida Raimundo Doca da Silva, S/N, Localidade Fazendinha, CEP: 64.280-000, Campo Maior - PI.
COCAL- PI	Rodovia PI 213, Km 21, Zona Rural, CEP 64.235-000, Cocal – PI.
PIO IX - PI	PI 142, KM 2, Zona Rural, S/N, CEP: 64.660-000, Pio IX-PI.
TERESINA ZONA SUL - PI	Avenida Pedro Freitas, 1020, Bairro São Pedro, Teresina - PI.
TERESINA CENTRAL - PI	RUA ALVARO MENDES, 1597 - BAIRRO CENTRO, Teresina - PI.
TERESINA DIRCEU - PI	Rua Dona Amélia Rubim, S/N, Bairro Renascença II, CEP: 64082-140, Teresina - PI.
JOSÉ DE FREITAS - PI	Rua da Barragem do Bezerro, S/N, Bairro Bezerro, José de Freitas - PI.

FLORIANO - PI	Rua Francisco Urquiza Machado, 462, Bairro Campo Velho, CEP: 64.808-475, Floriano - PI.
PICOS - PI	Avenida Pedro Marques de Medeiros, S/N, Parque Industrial, CEP 64.605-500, Picos – PI.
ANGICAL DO PIAUÍ - PI	Rua Nascimento, nº 746, Centro, CEP 64.410-000, Angical do Piauí – PI.
PAULISTANA - PI	Rodovia BR 407, Km 05, Lagoa dos Canudos, CEP 64.750-000, Paulistana – PI.
PIRIPIRI - PI	Avenida Rio dos Matos, S/N, Germano, CEP 64.260-000, Piripiri – PI.
CORRENTE - PI	Rua 06, S/N, Bairro Nova Corrente, Corrente - PI.
URUÇUÍ - PI	Rodovia PI 247, Km 7, Portal do Cerrado, CEP 64.860-000, Uruçuí – PI.
PARNAÍBA - PI	Avenida Monsenhor Antônio Sampaio, S/N, Dirceu Arcoverde, CEP 64.211-145, Parnaíba – PI.
VALENÇA DO PIAUÍ - PI	Avenida Joaquim Manoel, S/N, Novo Horizonte, CEP 64.300-000, Valença do Piauí – PI.
SÃO RAIMUNDO NONATO - PI	Rodovia BR-020, S/N, Primavera, CEP 64.770-000, São Raimundo Nonato - PI.

5.3. Os serviços deverão ser executados de acordo com as especificações abaixo e *seguirá a seguinte dinâmica:*

ITEM	ESPECIFICAÇÕES
	<p>ITEM 1 – SERVIÇOS DE ARBITRAGEM COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS – MODALIDADES COLETIVAS</p> <p>Descrição geral do item:</p> <p>O presente item contempla a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de arbitragem esportiva, com fornecimento integral de todos os materiais, equipamentos e acessórios necessários à realização das partidas, abrangendo as modalidades: Futsal, Voleibol de Quadra, Handebol, Basquetebol, Futebol 7 Society (Fut7), Voleibol de Areia e Handebol de Areia.</p> <p>A execução dos serviços dar-se-á por demanda, sendo o pagamento realizado por jogo efetivamente executado.</p> <p>A empresa contratada será responsável por disponibilizar, para cada partida, a equipe de arbitragem devidamente qualificada, bem como todos os materiais e equipamentos exigidos para a plena realização dos jogos, em conformidade com as regras oficiais de cada modalidade.</p> <p>A definição das quantidades de jogos, locais e cronograma de execução será formalizada pela Comissão Organizadora do evento, por meio de ofício encaminhado à contratada, acompanhado da respectiva nota de empenho, na qual constará a quantidade total estimada de partidas.</p>

Compete à contratada assegurar o pleno atendimento às demandas encaminhadas, garantindo a execução dos serviços com qualidade, regularidade e observância às normas técnicas das respectivas modalidades esportivas.

Descrição detalhada dos serviços e materiais de cada uma das modalidades:

BASQUETEBOL

Descrição do serviço:

A empresa deverá disponibilizar, para cada local de competição, equipe de arbitragem composta por, no mínimo, 03 (três) árbitros e 02 (dois) oficiais de mesa (anotador e cronometrista), devidamente filiados à federação estadual, liga ou à Confederação Brasileira de Basketball, com experiência comprovada em, no mínimo, 01 (um) evento esportivo da modalidade.

A contratada deverá fornecer todos os equipamentos necessários à realização das partidas, incluindo, mas não se limitando a: bolas oficiais novas (tamanho 7 – masculino e tamanho 6 – feminino), tabelas com aros e redes em condições regulamentares, placar de mesa, cronômetro, dispositivo de 24 segundos (quando aplicável), súmulas impressas, apitos, cartões e demais itens necessários.

Forma de disputa:

Os jogos serão realizados em 04 (quatro) períodos de 10 (dez) minutos. Os três primeiros períodos poderão ser corridos, com interrupção em lances livres e pedidos de tempo. O último período será cronometrado conforme a regra oficial nos 02 (dois) minutos finais. Intervalos de 02 (dois) minutos entre períodos e de 05 (cinco) minutos entre o segundo e terceiro período.

FUTSAL

Descrição do serviço:

A empresa deverá disponibilizar equipe composta por 02 (dois) árbitros e 02 (dois) oficiais de mesa (anotador e cronometrista), devidamente filiados à federação ou à Confederação Brasileira de Futsal, com experiência mínima comprovada.

A contratada deverá fornecer todos os materiais necessários, incluindo: bolas oficiais novas (tamanho conforme categoria), traves com redes, coletes, braçadeiras de capitão, placar, súmulas, apitos, cartões e demais itens.

Forma de disputa:

Os jogos serão realizados em 02 (dois) tempos, sendo: Masculino: 20 minutos corridos cada tempo; Feminino: 15 minutos corridos cada tempo; Com intervalo de 05 (cinco) minutos. O tempo será paralisado durante pedidos de tempo técnico.

HANDEBOL

Descrição do serviço:

A empresa deverá disponibilizar equipe composta por 02 (dois) árbitros e 02 (dois) oficiais de mesa, devidamente vinculados à Confederação Brasileira de Handebol.

Deverá fornecer: bolas oficiais (tamanho 3 masculino e tamanho 2 feminino), traves com redes, placar, cronômetro, súmulas, apitos, cartões e demais materiais necessários.

Forma de disputa:

Os jogos terão duração de 50 (cinquenta) minutos, divididos em 02 (dois) tempos de 25 (vinte e cinco) minutos, com intervalo de 05 (cinco) minutos.

VOLEIBOL DE QUADRA

Descrição do serviço:

A empresa deverá disponibilizar equipe composta por 02 (dois) árbitros e 01 (um) apontador, devidamente qualificados junto à Confederação Brasileira de Voleibol.

A contratada deverá fornecer: rede oficial com antenas, postes, bolas oficiais novas (modelo aprovado pela CBV), placar, súmulas, apitos, cartões, plaquetas de substituição e demais materiais necessários.

Forma de disputa:

Fase classificatória: melhor de 02 (dois) sets vencedores; Fase semifinal e final: melhor de 03 (três) sets vencedores;

Sets de 25 pontos, com tie-break de 15 pontos, quando necessário.

VOLEIBOL DE AREIA

Descrição do serviço:

A empresa deverá disponibilizar equipe composta por 01 (um) árbitro principal, 01 (um) auxiliar e 01 (um) apontador, vinculados à Confederação Brasileira de Voleibol.

A contratada deverá fornecer: rede com antenas, postes específicos para areia, bolas oficiais homologadas, placar, súmulas, apitos e garantir a preparação da quadra de areia.

Forma de disputa:

As partidas serão disputadas em melhor de 02 (dois) sets vencedores de 21 pontos. Em caso de empate, será realizado tie-break de 15 pontos.

FUTEBOL 7 SOCIETY (FUT7)

Descrição do serviço:

A empresa deverá disponibilizar equipe composta por 01 (um) árbitro, 02 (dois) auxiliares, 01 (um) mesário e 01 (um) cronometrista, devidamente vinculados à Confederação Brasileira de Futebol 7 Society.

A contratada deverá fornecer: bolas oficiais, traves com redes, marcação de campo, coletes, braçadeiras, placar, súmulas, apitos, cartões e demais itens.

Forma de disputa:

Os jogos terão duração de 60 (sessenta) minutos, divididos em 02 (dois) tempos de 30 (trinta) minutos, com intervalo de 10 (dez) minutos.

HANDEBOL DE AREIA (BEACH HANDBALL)

Descrição do serviço:

A empresa deverá disponibilizar, para cada local de competição, equipe de arbitragem composta por, no mínimo, 02 (dois) árbitros e 02 (dois) oficiais de mesa (cronometrista e secretário/anotador), devidamente filiados à federação estadual, liga ou à Confederação Brasileira de Handebol, com experiência comprovada em, no mínimo, 01 (um) evento esportivo da modalidade.

A equipe deverá atuar em conformidade com as regras oficiais do Beach Handball, sendo responsável pela condução das partidas, controle do tempo, aplicação de sanções disciplinares, registro em súmula e validação dos resultados.

A contratada deverá fornecer todos os equipamentos, materiais e acessórios necessários à realização das partidas e à arbitragem, incluindo, mas não se limitando a: Demarcação da quadra (linhas visíveis e contrastantes na areia – 27m x 12m); Redes novas para as traves; Bolas oficiais de borracha antiderrapante: Masculino: 350g a 370g e circunferência de 54 a 56 cm; Feminino: 280g a 300g e circunferência de 50 a 52 cm; Mínimo de 03 (três) bolas por partida; Placar de mesa ou eletrônico; Cronômetros; Súmulas impressas; Apitos, cartões e demais materiais de arbitragem; Estrutura de apoio para arbitragem (mesa e cadeiras).

Forma de disputa:

As partidas serão disputadas em 02 (dois) sets independentes de 10 (dez) minutos cada, com intervalo de 05 (cinco) minutos entre eles. Cada set é contabilizado separadamente; Em caso de empate ao final de um set, poderá ser aplicado o sistema de “golden goal”; Em caso de empate em sets (1x1), a partida será decidida por “shoot-out” (disputa semelhante a pênaltis em movimento).

Observações gerais (válidas para todas as modalidades):

1. A empresa vencedora deverá garantir que as equipes de arbitragem compareçam devidamente uniformizadas, com antecedência mínima de 01 (uma) hora do início das partidas, portando todos os equipamentos necessários.
2. Os jogos poderão ser realizados em qualquer município do Estado do Piauí que possua campus do IFPI.
3. O IFPI não se responsabilizará por despesas com deslocamento, hospedagem ou alimentação da equipe da contratada.
4. Após a definição das etapas, a Comissão Organizadora encaminhará à contratada a nota de empenho e ofício para confirmação da execução, devendo a empresa indicar representante para reunião técnica na Reitoria do IFPI, em Teresina-PI, ocasião em que deverá apresentar a relação dos árbitros e alinhar a execução dos serviços.
5. Todos os materiais deverão estar em conformidade com as normas das respectivas confederações e em perfeitas condições de uso.

ITEM 2 – SERVIÇOS DE ARBITRAGEM COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS – ATLETISMO

Descrição geral do item:

O presente item contempla a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de arbitragem esportiva, com fornecimento integral de todos os materiais, equipamentos, implementos e acessórios necessários à realização das provas de atletismo.

A execução dos serviços dar-se-á por demanda, sendo o pagamento realizado por etapa/turno de 04 (quatro) horas efetivamente executado.

A empresa contratada será responsável por disponibilizar, para cada etapa, equipe de arbitragem devidamente qualificada, bem como todos os materiais e equipamentos exigidos para a realização das provas de pista e campo, em conformidade com as regras oficiais da Confederação Brasileira de Atletismo.

A definição da quantidade de etapas, locais e cronograma de execução será formalizada pela Comissão Organizadora do evento, por meio de ofício encaminhado à contratada, acompanhado da respectiva nota de empenho, na qual constará a quantidade total estimada de etapas.

Compete à contratada assegurar o pleno atendimento às demandas encaminhadas, garantindo a execução dos serviços com qualidade, segurança e observância às normas técnicas da modalidade.

Descrição detalhada dos serviços e materiais da modalidade:

ATLETISMO

Descrição do serviço:

A empresa deverá disponibilizar, para cada local de competição, equipe de arbitragem composta por, no mínimo, 20 (vinte) árbitros, incluindo árbitro geral, árbitros de pista, árbitros de campo e equipe de apoio, devidamente filiados à federação estadual, liga ou à Confederação Brasileira de Atletismo, com experiência comprovada de atuação em, no mínimo, 01 (um) evento esportivo oficial ou equivalente da modalidade.

A equipe deverá atuar em conformidade com as regras oficiais vigentes do atletismo, sendo responsável pela organização, coordenação e execução das provas de pista e campo, garantindo a correta aplicação das normas técnicas, o controle disciplinar e a validação dos resultados.

A contratada deverá fornecer todos os equipamentos, implementos e acessórios necessários à realização das provas e à execução dos serviços de arbitragem, incluindo, mas não se limitando a: sistema de sonorização (caixa de som com microfone), tendas para proteção contra sol e/ou chuva, bandeiras de sinalização, cronômetros, numeração (peitorais) dos atletas, trenas de medição, blocos de partida, bastões para revezamento, dardos (masculino – 800g e feminino – 600g), pesos (masculino – 6 kg e feminino – 4 kg), discos (masculino – 1,75 kg e feminino – 1 kg), bem como demais implementos oficiais exigidos para as provas.

Deverá ainda disponibilizar sistema de registro de chegada para provas de pista, preferencialmente com recurso de filmagem, incluindo, no mínimo, 01 (um) árbitro responsável pela operação e controle das imagens, assegurando maior precisão na apuração dos resultados.

Compete à equipe de arbitragem garantir o adequado andamento das competições, zelando pela segurança dos participantes, pela lisura dos resultados e pela qualidade técnica dos eventos, em conformidade com as normas oficiais da modalidade.

OBSERVAÇÕES:

1. A empresa vencedora deverá garantir que as equipes de arbitragem compareçam devidamente uniformizadas, com antecedência mínima de 01 (uma) hora do início das partidas, portando todos os equipamentos necessários.
2. Os jogos poderão ser realizados em qualquer município do Estado do Piauí que possua campus do IFPI.
3. O IFPI não se responsabilizará por despesas com deslocamento, hospedagem ou alimentação da equipe da contratada.
4. Após a definição das etapas, a Comissão Organizadora encaminhará à contratada a nota de empenho e ofício para confirmação da execução, devendo a empresa indicar representante para reunião técnica na Reitoria do IFPI, em Teresina-PI, ocasião em que deverá apresentar a relação dos árbitros e alinhar a execução dos serviços.
5. Todos os materiais deverão estar em conformidade com as normas da Confederação Brasileira de Atletismo e em perfeitas condições de uso.

ITEM 3 – SERVIÇOS DE ARBITRAGEM COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS – XADREZ**Descrição geral do item:**

O presente item contempla a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de arbitragem esportiva na modalidade xadrez, com fornecimento integral de todos os materiais, equipamentos e acessórios necessários à realização das competições.

A execução dos serviços dar-se-á por demanda, sendo o pagamento realizado por etapa/turno de 04 (quatro) horas efetivamente executado.

A empresa contratada será responsável por disponibilizar, para cada etapa, equipe de arbitragem devidamente qualificada, bem como todos os materiais e equipamentos necessários à condução das rodadas, em conformidade com as regras oficiais da Confederação Brasileira de Xadrez e da Federação Internacional de Xadrez.

A definição da quantidade de etapas, locais e cronograma de execução será formalizada pela Comissão Organizadora do evento, por meio de ofício encaminhado à contratada, acompanhado da respectiva nota de empenho, na qual constará a quantidade total estimada de etapas.

Compete à contratada assegurar o pleno atendimento às demandas encaminhadas, garantindo a execução dos serviços com organização, regularidade e observância às normas da modalidade.

Descrição detalhada dos serviços e materiais da modalidade:

XADREZ

3

Descrição do serviço:

A empresa deverá disponibilizar, para cada local de competição, equipe de arbitragem composta por, no mínimo, 04 (quatro) árbitros, incluindo 01 (um) árbitro principal (árbitro chefe) e assistentes, devidamente filiados à federação estadual, liga ou à Confederação Brasileira de Xadrez, com experiência comprovada de atuação em, no mínimo, 01 (um) evento oficial ou equivalente da modalidade.

A equipe de arbitragem deverá atuar em conformidade com as regras oficiais vigentes da Federação Internacional de Xadrez, sendo responsável pela organização do torneio, condução das rodadas, aplicação das regras de jogo, controle disciplinar e homologação dos resultados.

A contratada deverá fornecer todos os equipamentos, materiais e acessórios necessários à execução dos serviços, incluindo, mas não se limitando a: jogos completos de peças e tabuleiros oficiais, relógios digitais de xadrez homologados, planilhas de anotação (súmulas), canetas, sistema de emparceiramento (manual ou eletrônico, preferencialmente homologado pela FIDE), além de equipamentos de apoio para organização do ambiente de competição.

Compete ainda à equipe de arbitragem realizar o emparceiramento dos jogadores conforme o sistema de disputa definido (ex.: sistema suíço ou round-robin), controlar o tempo de jogo, aplicar critérios de desempate, registrar e divulgar os resultados das rodadas, bem como garantir o cumprimento das normas de conduta e fair play.

A arbitragem deverá assegurar a lisura, organização e regularidade da competição, contribuindo para a credibilidade dos resultados e o bom andamento do evento.

OBSERVAÇÕES:

1. A empresa vencedora deverá garantir que as equipes de arbitragem compareçam devidamente uniformizadas, com antecedência mínima de 01 (uma) hora do início das partidas, portando todos os equipamentos necessários.
2. Os jogos poderão ser realizados em qualquer município do Estado do Piauí que possua campus do IFPI.
3. O IFPI não se responsabilizará por despesas com deslocamento, hospedagem ou alimentação da equipe da contratada.
4. Após a definição das etapas, a Comissão Organizadora encaminhará à contratada a nota de empenho e ofício para confirmação da execução, devendo a empresa indicar representante para reunião técnica na Reitoria do IFPI, em Teresina-PI, ocasião em que deverá apresentar a relação dos árbitros e alinhar a execução dos serviços.
5. Todos os materiais deverão estar em conformidade com as normas da Confederação Brasileira de Xadrez e em perfeitas condições de uso.

ITEM 4 – SERVIÇOS DE ARBITRAGEM COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS – BADMINTON

Descrição geral do item:

O presente item contempla a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de arbitragem esportiva na modalidade badminton, com fornecimento integral de todos os materiais, equipamentos e acessórios necessários à realização das partidas.

A execução dos serviços dar-se-á por demanda, sendo o pagamento realizado por etapa/turno de 04 (quatro) horas efetivamente executado.

A empresa contratada será responsável por disponibilizar, para cada etapa, equipe de arbitragem devidamente qualificada, bem como todos os materiais e equipamentos necessários à realização das partidas, em conformidade com as regras oficiais da Confederação Brasileira de Badminton.

A definição da quantidade de etapas, locais e cronograma de execução será formalizada pela Comissão Organizadora do evento, por meio de ofício encaminhado à contratada, acompanhado da respectiva nota de empenho, na qual constará a quantidade total estimada de etapas.

Compete à contratada assegurar o pleno atendimento às demandas encaminhadas, garantindo a execução dos serviços com qualidade, segurança e observância às normas técnicas da modalidade.

Descrição detalhada dos serviços e materiais da modalidade:

BADMINTON

Descrição do serviço:

A empresa deverá disponibilizar, para cada local de competição, equipe de arbitragem composta por, no mínimo, 06 (seis) árbitros, incluindo árbitro geral (referee), árbitros de cadeira (chair umpires) e juízes de linha (line judges), devidamente filiados à federação estadual, liga ou à Confederação Brasileira de Badminton, com experiência comprovada de atuação em, no mínimo, 01 (um) evento oficial ou equivalente da modalidade.

A equipe deverá atuar conforme as regras oficiais vigentes da modalidade, assegurando a correta condução das partidas, aplicação das normas técnicas, controle disciplinar e validação dos resultados.

A contratada deverá fornecer todos os equipamentos, materiais e acessórios necessários à execução dos serviços, incluindo, mas não se limitando a: redes oficiais com postes adequados, cadeiras de arbitragem (cadeira alta), placares manuais ou eletrônicos, cronômetros, súmulas de jogo, canetas, sistema de controle de pontuação, além de petecas (shuttlecocks) homologadas para competição.

4 Deverá ainda disponibilizar estrutura mínima para apoio à arbitragem, tais como mesas e cadeiras auxiliares, além de garantir a organização e o bom andamento das partidas, incluindo chamada dos jogos, controle de tempo de aquecimento, intervalos e substituições, quando aplicável.

A arbitragem deverá zelar pelo cumprimento das regras de jogo, conduta dos atletas e demais envolvidos, contribuindo para a segurança, lisura e qualidade técnica das competições.

OBSERVAÇÕES:

1. A empresa vencedora deverá garantir que as equipes de arbitragem compareçam devidamente uniformizadas, com antecedência mínima de 01 (uma) hora do início das partidas, portando todos os equipamentos necessários.
2. Os jogos poderão ser realizados em qualquer município do Estado do Piauí que possua campus do IFPI.
3. O IFPI não se responsabilizará por despesas com deslocamento, hospedagem ou alimentação da equipe da contratada.
4. Após a definição das etapas, a Comissão Organizadora encaminhará à contratada a nota de empenho e ofício para confirmação da execução, devendo a empresa indicar representante para

reunião técnica na Reitoria do IFPI, em Teresina-PI, ocasião em que deverá apresentar a relação dos árbitros e alinhar a execução dos serviços.

5. Todos os materiais deverão estar em conformidade com as normas da Confederação Brasileira de Badminton e em perfeitas condições de uso.

Rotinas a serem cumpridas

5.3.1 A execução contratual observará as rotinas:

5.3.1.1 A Contratada deverá executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos colaboradores necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

5.3.1.2 A Contratada responsabiliza-se pela organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

5.3.1.3 A Contratada deverá prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

Materiais a serem disponibilizados

5.4. *Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:*

5.4.1 A Contratada obriga-se a utilizar colaboradores habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

5.4.2 Todos os procedimentos, materiais, metodologias e tecnologias a serem empregadas, deverão estar de acordo com a Confederação Brasileira da modalidade para cada categoria disputada.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1 A Contratada deverá reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

5.5.2 A Contratada responsabiliza-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

Especificação da garantia do serviço

5.6. *O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido[A15] na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).*

5.7. *Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.*

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

6.5. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.6. O Contratado *[deverá]* manter preposto da empresa no local da execução do objeto *durante o período de realização dos eventos*.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.10. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.11. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.15. *A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:*

6.15.1. Acompanhar a execução dos serviços nos locais/espacos esportivos determinados pela Comissão Organizadora dos eventos, nas cidades do Estado do Piauí que sediam os campi do Instituto Federal do Piauí, em datas e horários a serem definidos pela Reitoria/Pró-Reitoria de Administração.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou

emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.20. Cabe ao gestor do contrato:

6.20.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.20.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.20.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.20.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.20.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.20.8.1 às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.20.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o relatório de **medição por conformidade**, com pagamento condicionado à comprovação da entrega integral do objeto, conforme valor unitário final ofertado na proposta apresentada para cada item.

7.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.3.1 não produziu os resultados acordados,

7.3.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.3.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.4. Para fins de medição dos serviços de arbitragem esportiva, serão consideradas as unidades efetivamente executadas durante os Jogos Intercampi do IFPI (JIFPI), observando-se os quantitativos efetivamente realizados e devidamente atestados pela fiscalização do contrato.

7.4.1. A medição dos serviços observará as seguintes unidades de referência:

I – número de jogos efetivamente arbitrados nas modalidades coletivas;

II – número de etapas efetivamente realizadas nas modalidades Atletismo, Xadrez e Badminton;

III – demais serviços eventualmente previstos no Termo de Referência, conforme unidade de medida estabelecida na planilha de formação de preços.

7.4.2. A comprovação da execução dos serviços ocorrerá mediante apresentação dos seguintes documentos:

I – súmulas das partidas realizadas;

II – relatórios de arbitragem;

III – escalas dos árbitros e oficiais designados;

IV – boletins de resultados das modalidades;

V – programação oficial do evento;

VI – outros documentos exigidos pela fiscalização do contrato.

7.4.3. O fiscal técnico do contrato deverá verificar a compatibilidade entre os serviços efetivamente executados e os quantitativos contratados, certificando em relatório próprio:

I – a quantidade de jogos realizados;

II – a quantidade de etapas executadas;

III – a regularidade da prestação dos serviços;

IV – a conformidade com as regras e especificações previstas neste Termo de Referência.

7.4.4. O pagamento será realizado exclusivamente pelos serviços efetivamente executados e atestados pela fiscalização, observados os valores unitários adjudicados para cada item da contratação.

7.4.5. Não serão objeto de pagamento os serviços não executados, executados parcialmente sem justificativa aceita pela Administração ou realizados em desconformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

Recebimento

- 7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **10 (dez)** dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- 7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período *da conclusão dos eventos para fins de faturamento.*
- 7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:
- 7.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
- 7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.[A8]
- 7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **10 (dez)** dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.27.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice [\[IPCA\]](#) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.38. *Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em [14/04/2026](#).*

7.39. *Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do [IPCA](#), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.*

7.40. *Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.*

7.41. *No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).*

7.42. *Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).*

7.43. *Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.*

7.44. *Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.*

7.45. *O reajuste será realizado por apostilamento.*

Cessão de Crédito

7.46. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.46.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.46.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.46.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.46.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.47. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5 (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.*

8.2.4.2. *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;*

8.2.4.2.1 *O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

8.2.4.3. *Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.4. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.5. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.6. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.7. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (meio por cento) a 1% (um por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:*

8.2.4.7.1 Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência: multa de 0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato;

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta[A1]

9.1. *O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.*

Regime de Execução

9.2. *O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.*

9.3. *Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:*

9.3.1. *Valores unitários: conforme tabela 1 constante no item 1, 2, 3 e 4 deste Termo de Referência.*

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A10]

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

- 9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A12]
- 9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.[A13]

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *.dos dois últimos exercícios sociais*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas[A15] :

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

- 9.25. *Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10%(dez) do valor total estimado da contratação para o período de doze meses .*
- 9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.30. *Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.*

9.30.1. *Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

9.30.2. *Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.*

Qualificação Técnico-Operacional

9.31. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso .

9.32 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.32.1. *contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 1 (um) ano do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;*

9.32.2 A empresa deverá apresentar atestado de capacidade técnica, que ateste que já realizou os serviços de arbitragem em no mínimo 01 (um) evento esportivo de porte igual ou maior aos Jogos realizados por Institutos Federais, considerando as exigências em relação à qualificação dos árbitros, considerando o número total de jogos/partidas/etapas, considerando a quantidade de equipes/campi/IFs/atletas participantes e que comprove que realizou o fornecimento de todos os equipamentos/implementos/acessórios necessários para a realização das partidas e do serviço.

9.32.3. *Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.*

9.32.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.32.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.32.6. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.33. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.34. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Disposições gerais sobre habilitação

9.35. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.36. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.37. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.38. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.39. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.40. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.40.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.40.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.40.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.40.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.40.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.40.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.40.6.1. ata de fundação;

9.40.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.40.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.40.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.40.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.40.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.40.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador[A35.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$. **331.009,71 (trezentos e trinta e um mil, nove reais e setenta e um centavos.)**, conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4 poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I

13. Suprimido em razão da necessidade do termo de contrato

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital* no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº 90025/2026, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RICARDO BASILIO DE OLIVEIRA CALAND

Presidente da Comissão de Planejamento



Assinou eletronicamente em 25/05/2026 às 15:19:49.

MARCIO MAIA LIMA

Membro da Comissão de Planejamento



Assinou eletronicamente em 25/05/2026 às 16:34:20.

EMMANUEL WASSERMANN MORAES E LUZ

Membro da Comissão de Planejamento



Assinou eletronicamente em 25/05/2026 às 16:45:48.

Documento Digitalizado Público

Termo de Referência 62/2026 - (‘PÓS-ANÁLISE)

Assunto: Termo de Referência 62/2026 - (‘PÓS-ANÁLISE)
Assinado por: Antonio Fortes
Tipo do Documento: Anexo
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Documento Original

Documento assinado eletronicamente por:

▪ **Antonio Francisco Martins Fortes, ASSESSOR(A) - FG0001 -** , em 25/05/2026 16:50:25.

Este documento foi armazenado no SUAP em 25/05/2026. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 824747
Código de Autenticação: 231778909c

